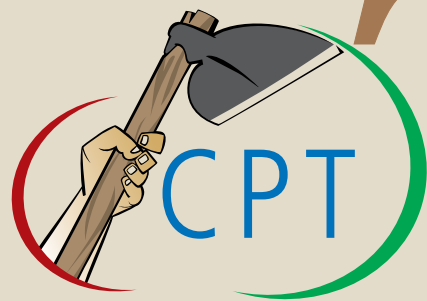




PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

outubro a dezembro de 2008

Ano 33 – Nº 193

Romarias: do clamor divino ao grito por Justiça

pág. 08 e 09

Foto: CPT Bahia

CPT realiza primeira etapa de Curso de
Formação.

pág. 7

Avança criminalização de movimentos
sociais e suas lideranças

pág. 15

COMUNIDADE DE JUPAGUÁ

COTEGIPE

BRA

EDITORIAL

Olhos no horizonte, pés no chão

Vivemos tempo de Romaria. Com passos firmes, olhar fixo no horizonte, multidões caminham decididamente. O caminho que trilham é cheio de perigos e de emboscadas. Porém, nada impede a caminhada, porque há uma certeza de que o Senhor, o Deus dos pobres, as acompanha. Com os romeiros caminham também os que tombaram na luta por uma nova Terra e um novo Céu. O seu testemunho sustenta e anima os caminhantes.

O que buscam estas Romarias? Afirmar que a terra e a água são presentes de Deus. Por isso devem ser respeitadas, protegidas, amadas. Mas como acabaram aprisionadas e privatizadas, como o que era de todos se tornou direito e propriedade de poucos, as romarias buscam resgatar o valor original da Criação e o direito de todos ao acesso aos bens criados.

É este o panorama desta edição do Pastoral da Terra. O povo em Romaria celebra a vida, a terra, a água, a floresta, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas, como as emboscadas são muitas, os que têm a coragem profética de proclamar a supremacia da pessoa humana acabam proibidos, ameaçados, silenciados. As mineradoras e o agronegócio estão alertas, o que se opõe aos seus interesses tem que ser afastado. O MST deve ser dissolvido. Trabalhadores e os que os apoiam são condenados. Os interesses do grande capital, porém, são preservados e garantidos. E, como o capital tem o controle dos meios de comuni-

cação, estes acabam fazendo a cabeça do povo, como mostra a pesquisa do Ibope sobre os movimentos.

Por outra parte, os homens e as mulheres do campo também estão atentos e atuantes. É só ver a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, as comemorações do dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural e da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a realização da reunião de Cúpula dos Povos, "Cumbre de los Pueblos" de Nuestra América, paralela à Reunião de Cúpula dos Presidentes, em Lima, no Peru, e a Conferência "Terra Preta", paralela à Conferência da FAO, sobre a crise alimentar, as mudanças climáticas e a soberania alimentar, em Roma.

A atuação do povo do campo não para aí. Busca alternativas e a produção ecológica, como acontece no Projeto Terra Sem Males, em Rondônia. E celebra as conquistas como na Festa da Cultura Popular Camponesa, no Espírito Santo. Tudo isto fez a Igreja da África do Sul vir buscar inspiração aqui no trabalho que a CPT realiza.

Quando fechávamos esta edição recebemos a notícia da morte do Pe. Cláudio Perani, presente na fundação e consolidação da CPT. Uma vida consagrada à luta por justiça e direitos. Como disse Dom Tomás Balduino, a CPT e CIMI são o que são hoje graças "à luminosa contribuição intelectual, moral e espiritual deste Irmão".

Boa Leitura.

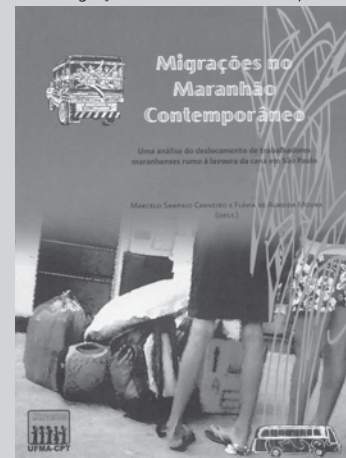


PUBLICAÇÕES

Livro aborda migração de trabalhadores para canaviais paulistas

A CPT Maranhão em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) lança a publicação "Migrações no Maranhão Contemporâneo – Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo" (São Luis, 2008). A obra, organizada por Marcelo Sampaio Carneiro e Flávia de Almeida Moura, busca revelar de forma didática e clara as dificuldades enfrentadas por trabalhadores que deixam uma vida construída no Maranhão atrás de novas oportunidades nos canaviais paulistas. A primeira parte da pesquisa foi desenvolvida no ano de 2005, nos municípios maranhenses de Timbiras e Codó. No primeiro, somente no período da safra de 2005/2006, 6 mil trabalhadores migraram para o Sudeste do país.

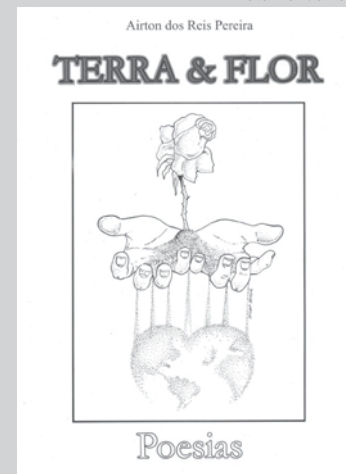
Foto: Migrações no Maranhão Contemporâneo



Agente da CPT lança livro de poesias

Inspirado pelas belezas da natureza, pela amizade, o amor e pela incessante luta do camponês, o agente da CPT Airton dos Reis Pereira lançou o livro de poesias "Terra & Flor" (Marabá, 2008). Dividida em quatro partes, a obra relata as lembranças do autor sobre sua infância, seus amigos e amores. Os poemas falam ainda sobre as dificuldades da vida do trabalhador do campo que, apesar de tudo, não perde a esperança de realizar seus sonhos. O autor, um camponês goiano que migrou para o Pará, tem uma ligação forte com a natureza e, por isso, faz das terras, águas e matas seu enfoque principal.

Foto: Terra&Flor



ERRATA:

A foto que ilustra o artigo "As mulheres e a soberania alimentar", na página 3 da edição de abril a junho do Pastoral da Terra, não é de autoria do Frei Gilvander como foi colocado, e sim de Marília Gaia, do MST de Minas Gerais.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Xavier Gilles

Vice-presidente
Dom Roque Paloschi

Coordenadores Nacionais
José Batista Afonso
Juvenal José da Rocha
Lucimere Leão
Irm. Maria Madalena dos Santos
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marília Almeida - estagiária
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação
Vivaldo 9672-9302 e Causiran 8134-2801
Impressão
Gráfica América (62) 3253-1307

APOIO

EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter

MZF

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

ARTIGO

Dia do trabalhador rural e da mulher negra latino-americana e caribenha

CRISTIANE PASSOS*

No dia 25 de julho, os movimentos e entidades sociais comemoram duas datas importantes para o campo e para as mulheres da nossa América Latina. É o dia Nacional do Trabalhador e da Trabalhadora Rural e o dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Datas importantes essas para se festejar, mas, mais ainda, para se refletir sobre as derrotas e as violências praticadas contra esses dois segmentos sociais.

O Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural é resultado de uma discussão entre os movimentos e organizações sociais populares do campo. Houve a tentativa de impor uma data, o 25 de maio, para homenagear um grande fazendeiro e deputado gaúcho. Os trabalhadores (as) não aceitaram, pois este deputado não tinha nenhuma importância para a luta dos trabalhadores (as). Já era de costume no Sul do Brasil os lavradores celebrarem, no dia 25 de julho, a chegada dos primeiros colonos que vieram da Europa no século XIX. A partir de 1975, já se vê festejado o 25 de julho em Goiás e em outros estados, como o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural. Esta data tem sentido por incorporar a luta dos sem terra, a luta na terra e pela terra. É uma data para lembrar as conquistas, mas, sobretudo para refletir sobre os desafios e os sonhos, na busca da construção de um mundo melhor.

Já o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha foi ins-



Foto: João Zinclar

tituído em julho de 1992, quando mulheres negras de vários países participaram do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em Santo Domingo, na República Dominicana. O último dia do evento, 25 de julho, foi escolhido para marcar o “Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe”. Nesta se celebra e se reflete sobre o papel das mulheres negras nestes continentes.

As comemorações de hoje dão lugar à reflexão e ao questionamento do que foi feito até o momento com os trabalhadores e trabalhadoras rurais e com as mulheres negras latino-americanas? Ações públicas e gestões administrativas foram construídas pensando em sanar as dívidas históricas que tanto o Brasil quanto a América Latina tem com eles? A so-

riedade conseguiu romper o fosso histórico do racismo e do sexismo?

O que vemos é que a violência no campo contra os trabalhadores

e trabalhadoras se mantém pela impunidade. As mulheres negras além do racismo, ainda enfrentam o sexismo presente em inúmeras situações cotidianas que, comumente, se desdobram em diversas modalidades de violência. Os lutadores, defensores dos direitos humanos e sociais, são constantemente ligados à imagem de bandidos e terroristas. Mas por acreditar que “na luta do povo ninguém se cansa”, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e as mulheres negras se mantêm firmes na luta para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Festejar as conquistas e a resistência é também propor ações que ajudem a superar o racismo, o sexismo, a exploração dos trabalhadores e tantas outras mazelas que ainda atingem o povo latino-americano.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: João Zinclar



Indígenas divulgam campanha na Europa

Foto: CIMI



Os indígenas Jacir José de Souza Macuxi e Pierlângela Nascimento da Cunha Wapichana, em nome dos indígenas da terra Raposa Serra do Sol (RR), foram à Europa no mês de junho para divulgar a Campanha Anna Pata, Anna Yan. Durante as três semanas de viagem eles foram recebidos por autoridades políticas, organizações civis e entidades que defendem os direitos humanos na Espanha, Inglaterra, Bélgica, França, Itália, Portugal e o Vaticano, onde receberam o apoio do Papa Bento XVI. Segundo Jacir e Pierlângela, foi possível sentir que a comunidade internacional se solidariza com a causa indígena e repudia os atos violentos cometidos contra os índios de Raposa Serra do Sol.

Senado aprova MP que favorece grilagem na Amazônia

O Senado aprovou, no dia 9 de julho, a Medida Provisória 422, que aumenta a área da Amazônia Legal que pode ser concedida pela União para uso rural, dispensando a necessidade de licitação. O limite, que antes era de 500 hectares, agora passou para 1.500. Para a ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora, Marina Silva (PT-AC), “essa medida vai significar um processo de privatização de terras, de legalização de áreas que foram ilegalmente griladas e com graves prejuízos para o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia”. A MP 422 foi assinada pelo presidente Lula em março deste ano, a pedido do líder do governo no Senado e principal defensor da medida, Romero Jucá (PMDB-RR). Em maio, poucas horas após o pedido de demissão de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, a medida foi aprovada pela Câmara de Deputados. O governo alega que a mudança irá beneficiar pequenos proprietários. “Era só o que faltava: a grilagem

de terras na Amazônia agora virou lei”, afirmou Paulo Adario, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace.

Balanço mostra o número de trabalhadores libertados do trabalho escravo no primeiro semestre

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no dia 29 de julho, apontam que o grupo móvel de fiscalização do governo federal libertou 2.269 trabalhadores de condições análogas à escravidão nos seis primeiros meses deste ano. Com isso, o número de trabalhadores libertados desde 1995 chegou a 30.036. De acordo com o balanço da pasta, 96 fazendas foram fiscalizadas em 54 operações de janeiro a junho de 2008. As equipes de fiscalização vasculharam propriedades rurais distribuídas em 14 estados do País. Segundo Frei Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da CPT a fiscalização ainda não alcança a quantidade de denúncias recebidas. “Houve 47 fazendas denunciadas no Pará e apenas 26 foram fiscalizadas”, salientou ele. Xavier denuncia ainda que “gatos” (aliciadores de mão-de-obra) e fazendeiros têm utilizado “operações relâmpago” - sem melhorias significativas de condições de trabalho, mas com menos gente e sem causar muito alarde - para tentar burlar a fiscalização.

Dom Cappio receberá prêmio da Pax Christi International

Foto: João Zinclar



Dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), foi escolhido para receber o Prêmio pela Paz da Pax Christi Internacional 2008 (2008 Pax Christi International Peace Award). A homenagem se deve ao seu trabalho corajoso e profético para salvar o rio São Francisco e defender as comunidades que dependem dele. A entrega do prêmio acontecerá no Brasil a pedido da Pax Christi com o objetivo de facilitar a presença dos que lutaram ao lado de Dom Cappio e será organizada pela CPT. Pax Christi é um movimento católico internacional formado por diversas organizações e entidades, entre elas a CPT.

Assentados inauguram fábrica de derivados da cana

As famílias do Assentamento Che Guevara, em Campos do Goytacazes (RJ), organizadas em cooperativa, inauguraram, no dia 19 de julho, sua Fábrica de Derivados da Cana. Ela irá produzir açúcar mascavo, melado, cachaça artesanal, rapadura e álcool para uso comunitário. As 22 famílias do assentamento tiveram o apoio da CPT ES/RJ, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e da Cese - Bahia. A inauguração da fábrica fez parte das comemorações do dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural, celebrado no dia 25 de julho.

Ação contra trabalho escravo é premiada

A CPT e a Repórter Brasil receberão o prêmio Harriet Tubman Community Award, edição de 2008 da premiação “The Freedom Awards”, que homenageia esforços realizados contra o trabalho escravo. A CPT, com seu trabalho junto às comunidades no meio rural, e a Repórter Brasil, que realiza um jornalismo investigativo e social, há anos trabalham para que os próprios prejudicados pela escravidão se conscientizem e se tornem parte da solução deste problema. Um exemplo da ação conjunta da entidade e da organização é a campanha “Escravo,

nem pensar!” que treinou mais de 1700 professores para discutir em sala de aula a questão do trabalho escravo. A premiação será realizada no dia 15 de setembro, em Los Angeles, Estados Unidos. O trabalho da CPT também será premiado pela organização internacional de direitos humanos Witness devido ao vídeo “Aprisionados por Promessas”. O filme, que é uma co-produção da Witness, da CPT e do Centro pela Justiça e Lei Internacional, conta a história de trabalhadores escravizados no interior do Brasil. A premiação acontecerá em novembro deste ano.

Pe. Cláudio Perani falece aos 75 anos

Foto: Arquivo Pessoal



Faleceu, na madrugada do dia 8 de agosto, em Manaus (AM), o padre Cláudio Perani, vítima de um tumor. Ele estava prestes a completar 76 anos de idade. Sua vida consagrada à luta por justiça e direitos abriu fronteiras importantes na luta social. Participou do nascimento e consolidação da CPT, fundou e coordenou o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador (BA), e mais recentemente coordenou o Serviço de Ação e Reflexão Social (Sares), em Manaus (AM). Com o sociólogo José de Souza Martins, escreveu o livro “Sonhos e Desejos de Lavrados: Desafios para a CPT”. Segundo Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) “são hoje o que são em grande parte devido à luminosa contribuição intelectual, moral e espiritual deste Irmão”.

INTERCÂMBIO

Delegação da África do Sul visita CPT

Delegação sul africana veio ao Brasil para se inteirar do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, com o objetivo de conhecer a luta pela reforma agrária, apoiada pelas entidades ligadas à Igreja Católica no Brasil.

CRISTIANE PASSOS*

A Comissão Pastoral da Terra recebeu em Goiânia (GO), no dia 22 de julho, uma delegação da África do Sul, composta de cinco pessoas: o bispo presidente da Comissão Justiça e Paz da Conferência Sul-Africana, dom Barry Woal; Dacon Linder, da Secretaria de Gênero e Justiça Ambiental; Philani Mlchize, coordenador da iniciativa de Reforma Agrária; a representante dos jovens da diocese de Maniannhim, Phindile Mqwambi e o representante da ONG Chard Land, Graham Philpott. O grupo foi acompanhado pelo consultor de Misereor para o Desenvolvimento Agrário Internacional, Erwin Geuder-Jilg.

O grupo pôde conhecer a história e os trabalhos da CPT, em reunião com integrantes da coordenação nacional na visita à sua sede e outros contatos com trabalhos de base nas Dioceses de Rui Barbosa e Bom Jesus da Lapa, onde visitaram áreas de quilombolas. Eles puderam, também, conversar com agentes da CPT de vários Estados do país, que estavam reunidos em Goiânia participando do Curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa, promovido pela Pastoral da Terra em parceria com a Universidade Federal de Goiás. No dia 24 de julho, a delegação foi até a cidade de Goiás visitar alguns acampamentos e assentamentos assistidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela CPT. No dia 25 retornaram para a África.

A visita da delegação, que passou também por São Paulo e Brasília, teve por objetivo conhecer as experiências das organizações ligadas à Igreja Católica no Brasil, no acompanhamento de famílias que lutam pelo acesso à terra. Neste momento, 14 anos após o fim do apartheid, o processo da reforma agrária na África do Sul não está avançando e onde avança não tem im-



Foto: Cristiane Passos

pactos positivos no sentido de reduzir a pobreza e progredir para uma sociedade mais justa. Ao mesmo tempo, os trabalhadores em fazendas comerciais seguem em situações precárias e sofrem expulsões violentas. Sendo assim, com essa visita o grupo quis entender o marco pastoral e a prática da CPT no Brasil, analisar o papel da CPT na história do MST e discutir as bases teológicas da Pastoral da Terra, para, com isso, organizar melhor o trabalho da igreja sul-africana no seu contexto atual.

Delegação se reúne com secretário geral da CNBB

O secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa, recebeu no dia 21 de julho a delegação sul-africana. Na reunião, que durou cerca de duas horas, dom Barry, expôs a realidade da África do Sul e da Igreja Católica naquele país. A delegação quis ouvir a expe-

riência da CNBB em relação à CPT e à atuação da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). Além de dom Dimas, participaram da reunião o bispo de São José dos Pinhais (PR), dom Ladislau Biernaski, ex vice-presidente da CPT; o secretário executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Carlos Moura; o assessor da CBJP, Gilberto Cardoso Sousa, e a assessora da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Irmã Delci Franzen.

O secretário da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, explicou como nasceu o apoio da Igreja às causas sociais. “Durante a ditadura militar, a Igreja foi a principal voz dos que não tinham voz no Brasil. Nesse tempo, vários movimentos sociais nasceram com o apoio e, às vezes, com a iniciativa da Igreja”, disse. Ele lembrou, por exemplo, o Movimento de Educação de Base (MEB) e destacou o papel importante das CEBs nesse período.

O secretário executivo da CBJP, Carlos Moura, recordou que a Igreja incentivou muito, antes mesmo

do Golpe Militar, a organização dos camponeses. “Antes do Golpe de 1964, a Igreja já trabalhava no meio rural. Além do MEB, existiu o Serviço de Assistência Rural, liderado pelo cardeal Eugênio Sales, em Natal, no Nordeste”, esclareceu. “Nesse tempo, os camponeses não estavam organizados. Por força do trabalho da Igreja, através da Juventude Agrária Católica (JAC), é que se ajudou a organização dos camponeses”, destacou.

A Irmã Delci Franzen lembrou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu nos anos de 1970 “como um serviço da Igreja, especialmente na região da Amazônia, para ajudar a resolver conflitos de terra entre posseiros, população indígena e os grandes proprietários de terra”. “A base teológica da luta pela terra é que a terra é dom de Deus para todos e não para alguns”, observou dom Ladislau Biernaski.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. Matéria feita, também, com informações da Assessoria de Imprensa da CNBB.



NUESTRA AMÉRICA

CLOC e Via Campesina na “Cumbre de los Pueblos”

De 13 a 16 de maio, movimentos sociais se reuniram em Lima, no Perú, para discutir a crise dos alimentos e a soberania alimentar

NATÁLIA PAULINO* E ROCIO ALORDA**

A capital do Peru, Lima, foi palco de grandes encontros. De um lado, Reunião de Cúpula ou “la Cumbre” dos Presidentes negociava uma maior abertura do comércio, fundada principalmente nos pilares da agroexportação de países reconhecidos como potenciais para tal atividade. Do outro lado, na mesma capital, outra “Cumbre”: a “Cúpula Social dos Povos/ Articulando Alternativas III” (Cumbre de los Pueblos / Enlazando Alternativas III), espaço de articulação de propostas para a mudança política, econômica, cultural e social, em que as comunidades camponesas, indígenas, afrodescendentes e de trabalhadores assalariados foram os verdadeiros protagonistas.

Foi no espírito de mudanças para nosso povo que mais uma vez a Via Campesina e a Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) estiveram presentes nesse espaço, onde houve uma grande participação de movimentos camponeses e indígenas da Via Campesina da América Latina, que colocaram todos os seus esforços para debater temas como a Soberania Alimentar e a posição das mulheres frente a temas como os acordos de livre comércio que afetam diretamente os povos.

De fato, a destacada participação da CLOC e da Via Campesina se manifestou na realização dos seminários sobre a Soberania Alimentar e a Crise Alimentar que invadem alguns de nossos países. A sala foi pequena para tantos participantes das mais variadas organizações e nacionalidades que



Foto: Wilwer Vilca Q. / Conacami / Minga Informativa

circulavam pela Cumbre. Nas mesas, participaram destacados pesquisadores da América Latina, como representantes de organizações e movimentos sociais, que demonstraram como homens e mulheres estão resistindo aos danos causados pelo sistema de produção moderno, que vem devastando os mercados internos e que hoje é um dos grandes culpados pela crise alimentar em que vivem os povos.

Durante a Cumbre, aproveitou-se também o espaço em Lima para fortalecer e unificar os movimentos da Via Campesina e da CLOC a partir de reuniões. A avaliação desta experiência foi de que apesar de não se ter mobilizado um bom número de companheiras e companheiros, desfrutamos uma boa inserção com as nossas mesas e nossa presença; principalmente no “Tenda das Mulhe-

res” (Carpa de las Mujeres), debatendo, provocando idéias e chamando à unidade permanente dos povos.

Tribunal dos Povos

Nessa “Cumbre de los Pueblos” aconteceu também o Tribunal Permanente dos Povos que, em três dias, acompanhou diferentes casos sobre empresas transnacionais européias que afetam os povos da América Latina.

O Tribunal conheceu um total de 24 casos de empresas transnacionais pertencentes a 12 setores (mineração, petróleo, complexo florestal/madeireiro, sementes transgênicas) que operam nos países da América Latina e que têm, aparentemente, padrões de conduta similares quanto à forma de manejo, causando impressionantes efeitos negativos em diferentes áreas.

Diante dos casos expostos, o Tribunal resolveu “condenar moral e eticamente, e denunciar em nível mundial as condutas e práticas políticas, econômicas, financeiras, produtivas e jurídicas do modelo neoliberal, implementadas e permitidas pelos Estados e instituições da União Européia, com a mentira de promover o crescimento e desenvolvimento econômico para combater a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável; condenar moral e eticamente e denunciar no foro internacional as corporações multinacionais com capitais privados e estatais de origem européia, por graves, claras e persistentes violações aos princípios, normas, convênios e pactos internacionais que protegem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades, nações, famílias e pessoas dos povos latino-americanos e caribenhos”. As decisões do Tribunal estão amplamente expostas no documento final publicado na página www.movimientos.org.

O ato final

O encerramento da “Cumbre de los Pueblos”, em Lima, foi realizado com um ato político cultural no qual milhares de pessoas celebravam o ponto máximo deste encontro multicultural. Com músicas, gritos e muita alegria as delegações internacionais se despediram da Cumbre, atendendo ao chamado do Presidente da Bolívia, Evo Morales, de expandir as lutas e defender a soberania dos povos.

* Secretária Operativa da CLOC

** Jornalista da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)

CURSO

CPT realiza primeira etapa de seu curso de Formação

MARÍLIA ALMEIDA*

De 7 a 27 de julho, em Goiânia (GO), foi realizada a etapa inicial do Curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa, que tem a chancela da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Durante 20 dias, 33 alunos – de nível superior e médio – estudaram temas relacionados à luta do homem do campo. As aulas – divididas nas temáticas História, Antropologia e Sociologia das Lutas Camponesas, além de Metodologia de Pesquisa – foram ministradas por Jadir Pessoa, Ruben Siqueira, Isidoro Revers, Davi Maciel, Cláudio Maia, Carolina Teles, Sérgio Sauer e José Adelson da Cruz. Segundo Jadir Pessoa, professor da Faculdade de Educação da UFG e coordenador do Curso, a especialização foi uma resposta à demanda dos próprios agentes da CPT que queriam utilizar os cursos oferecidos pela Pastoral. Ele foi o responsável por intermediar junto à Universidade para que o antigo Curso de Formação de Agentes da CPT se tornasse uma pós-graduação.

A aula inaugural da Especialização, realizada no dia 7 de julho, foi ministrada por Miguel Carter, doutor em Ciências Políticas, professor da American University of Washington D.C e um grande pesquisador da temática agrária no

Brasil, sobretudo dos Sem-Terra. O professor abordou a importância da atuação dos camponeses na luta por direitos humanos e democracia no Brasil. Segundo ele, a reforma agrária é um instrumento de combate à desigualdade e foram os movimentos sociais os responsáveis por trazer essa preocupação para o debate público. A partir do que Carter denomina de ativismo público, o povo do campo realiza uma forma de conflito social pacífica, autônoma, periódica e não armada. Ele acredita que esse tipo de mobilização é mais que um enfrentamento, é um meio de provocar questionamentos e transformar frustrações em ações construtivas. “A negociação acontece quando existe um processo de pressão, uma movimentação dos meios acessíveis aos movimentos sociais. O ativismo público possibilita, de certa forma, o diálogo entre o trabalhador e a autoridade”, afirmou. Segundo Carter, assim como o conhecimento teórico, a vivência em acampamentos e participação em ocupações são também impor-

tantes formas de aprendizado. Um momento que possui valor pedagógico.

Maria das Graças Penha Santos, de Manaus (AM), graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB) e aluna do Curso de Especialização, acredita que a união entre o saber acadêmico e o popular fortalece o trabalho de base já realizado pelos agentes. “O curso, com certeza, irá contribuir muito para nós, a partir da mudança da nossa mentalidade. Seremos educadores que vão trabalhar com a luta, consciência e resistência, mas com o fundamento do processo educativo. É justamente, como a CPT fala, uma troca de saberes”.

Ademir Profídio de Souza, de Jipará (RO), que estuda Teologia nas Faculdades Claretianas e é aluno da Especialização, também acredita no caráter aglutinador de conhecimentos do Curso. “Ele me ensina um novo jeito de trabalhar, de ser Igreja no meio do povo, ser educador nas comunidades de base. Você educa

não só com a sua fala, mas com a sua visão e seu trabalho junto às comunidades. Esse curso vem se somar a tudo aquilo que eu vejo na faculdade, vem fazer com que eu amadureça a experiência desde já”, afirmou. Segundo ele, a reunião de pessoas vindas de tantos estados brasileiros não só nas aulas, mas nas horas de descanso e lazer, é mais uma forma de aprendizado já que possibilita a troca de experiências. “Os bastidores animam, nos fazem ver que as nossas lutas são iguais, nos dão confiança e a certeza de que a gente vai trabalhando, um trabalho cheio de vitórias, cansaço, mas que não pode parar”.

Durante as aulas, os alunos aproveitaram para relatar as experiências e dificuldades que vivem em seus cotidianos. Deste modo, conseguiram relacionar os textos e filmes apresentados com sua vivência prática junto às comunidades. Uma das preocupações dos professores foi justamente fazer essa ligação para que o que é aprendido tenha uma real importância na vida dos alunos e para que o Curso não seja apenas uma transmissão de conhecimento e, sim, uma real troca entre os saberes práticos e teóricos. Ainda como parte desta primeira etapa, no dia 26 de julho, os alunos participaram da 13ª Romaria da Terra e das Águas de Goiás, realizada no município goiano de Planaltina, que teve como tema “Terra e Água: fonte de vida, direitos de todos”. A Romaria proporcionou aos alunos a oportunidade de viver a experiência prática do que foi aprendido nestes 20 dias de aulas. A mobilização camponesa, em todas as suas formas de manifestação, é essencial para a mudança social e a construção da agenda pública, já que garante voz e visibilidade a um povo marginalizado da sociedade.

Foto: Cristiane Passos



* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ROMARIAS DA TERRA E DA ÁGUA

Romarias: do clamor divino ao grito por justiça

CRISTIANE PASSOS*

Em busca de algo novo, o povo de Deus caminha, celebrando a vida, denunciando a morte e anunciando a esperança de um povo organizado que luta pela terra partilhada e pela água para a vida. Vejam algumas das Romarias realizadas até agora.

31ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

Sob o tema “Juventude – Luta e Resistência em defesa da Vida”, mais de 15 mil romeiros e romeiras reuniram-se em Três Passos (RS) para celebrar a 31ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, no dia 5 de fevereiro. Neste ano, o tema da Romaria teve como objetivo trazer à reflexão a realidade e as perspectivas da juventude, celebrando, também, os 25 anos da Pastoral da Juventude Rural. Durante a caminhada, cenários retrataram a realidade da juventude e a memória da luta dos mártires da terra, dentre outros, Chico Mendes, Roseli Nunes e Irmã Dorothy. No momento da celebração, Frei Sérgio Görden, assessor do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e pregador da Romaria, enfatizou a importância da juventude permanecer na roça, articulada em suas organizações e movimentos sociais. Os participantes da 31ª Romaria da Terra reassumiram o compromisso com a transformação da sociedade, lutando junto com as pastorais da juventude, os movimentos sociais do campo e da cidade para promover um modelo de desenvolvimento com Reforma Agrária e agroecologia.

21ª Romaria da Terra Padre Josimo

Nos dias 9 e 10 de maio foi realizada em Buriti do Tocantins (TO), a 21ª Romaria da Terra Padre Josimo. A Romaria, realizada no dia em que se completavam 22 anos da morte de Padre Josimo, reuniu diversas pessoas de várias regiões do Estado e abriu o Festival da Abolição, realizado de 9 a 16 de maio em Araguaína e região. Padre Josimo foi assassinado no dia 10 de maio de 1986 enquanto subia as escadas do prédio da Mitra Diocesana de Imperatriz (MA), onde funcionava o escritório da CPT Araguaia-Tocantins. Ele era coordenador da CPT no Bico do Papagaio e fervoroso defensor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região.

31ª Romaria da Terra e das Águas de Bom de Jesus da Lapa

Foi realizada de 4 a 6 de julho, a 31ª Romaria da Terra e das Águas, em Bom Jesus da Lapa, oeste baiano. Cerca de seis mil pessoas participaram do evento que contou com missas, confissões e via sacra, além de plenárias e debates sobre os eixos: terra, água, quilombolas, política e juventude. O Patrono desse ano foi Dom Pedro Casaldáliga e o tema foi “Terra e Água Partilhadas, Vida Preservada!”. Um dos principais momentos da romaria foi a Via Sacra. Baseada na Paixão de Cristo, ela aconteceu com três paradas. A primeira, a condenação, foi caracterizada pelo projeto de transposição de águas do rio São Francisco e a situação das águas. A segunda simbolizou

o sofrimento e a morte, demonstrado pelo trabalho degradante e escravo, as carvoarias e mineradoras, grandes projetos de irrigação, entre outros. A terceira e última parada aconteceu nas margens do São Francisco, simbolizando os sinais de esperança, expressos pela revitalização e pelos projetos populares que resistem e dão certo. Houve, ainda, uma celebração com a presença do Dom Frei Luiz Cappio, o bispo da Diocese de Barra (BA). Os resultados das Plenárias e o patrono desse ano, Dom Pedro Casaldáliga, foram apresentados na Grande Plenária, que aconteceu na manhã do terceiro dia, logo após a Missa da Ressurreição.

3ª Romaria da Floresta

“Floresta Preservada, Vida respeitada!”, sob esse tema foi realizada em

Foto: Luiz Antonio Pasinato - CPT/RS



Foto: Maria Madalena dos Santos

Anapu, Pará, entre os dias 16 e 19 de julho, a 3ª Romaria da Floresta. Durante três dias, os participantes caminharam do túmulo da irmã Dorothy, assassinada em fevereiro de 2005, até o lugar onde ela tombou diante de um pistoleiro a mando de fazendeiros da região. A Romaria lembrou o respeito à vida, ao sonho, à paz, à palavra, e a persistência e a resistência que todos os agentes e defensores dos direitos do povo do campo vivem. Além disso, a caminhada enfatizou a defesa da floresta e de todos seus habitantes.

XIII Romaria da Terra e das Águas de Goiás

“Terra e água, fonte de vida e direito de todos”, com esse tema a CPT Goiás e a diocese de Formosa realizaram no dia 26 de julho, na cidade de Planaltina, a XIII Romaria da Terra e das Águas do estado de Goiás. Sob o lema “E Deus viu que tudo era muito bom”, pessoas de todas as partes do estado participaram da celebração que contou com a presença de Dom Tomás Balduino, bispo emérito da cidade de Goiás e conselheiro permanente da CPT e dos bispos de Ipameri, São Luis de Montes Belos, Cidade de Goiás e Formosa. Participaram da Romaria, também, os 33 alunos do curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa da CPT. Uma das Leituras da celebração final foi o Anti-Gêneses, mostrando em sete passos, o processo de destruição da Criação.

Romaria das Comunidades da Diocese de Viana (MA)

Nos dias 2 e 3 de agosto foi realizada, em Bom Jesus das Selvas (MA), ao longo do corredor da ferrovia de Carajás, a Romaria das Comunidades da diocese de Viana, no Maranhão. A caminhada contou com a participação de vários peregrinos que foram acolhidos pela palavra profética de Dom frei Luiz Flávio Cappio e do padre Flávio Lazzarin. Além disso, a Romaria contou com a participação do Movimento Justiça nos Trilhos, uma iniciativa dos padres combonianos do Nordeste, que visa a organização das comunidades ao longo da ferrovia Carajás para enfrentar os impactos sócio-ambientais dos empreendimentos da VALE. Um dos objetivos da Romaria foi fortalecer o compromisso de organização, articulação e ação das comunidades. O município de Bom Jesus das Selvas, que recebeu a Romaria esse ano, é uma região que, nos últimos três anos, tem sido extensivamente ocupada pelo chamado “reflorestamento” através da plantação de eucaliptos pelas siderúrgicas de Açailândia (MA). A região tem sido severamente afetada pelo agro e hidronegócio, causando impactos sobre o meio ambiente e na vida dos camponeses. A Romaria das comunidades reuniu cerca de três mil pessoas, onde se pôde destacar a presença da juventude.



XIII Romaria da Terra e das Águas de Goiás

10ª Romaria da Terra e da Água de São Paulo

A 10ª Romaria da Terra e da Água de São Paulo, realizada no dia 3 de agosto, serviu como instrumento para pressionar as autoridades públicas do estado a destinarem para assentamento da reforma agrária uma área de 120 hectares no km 27 da rodovia Anhangüera (zona oeste) ocupada, desde julho de 2002, por 40 famílias sem terra. Com o tema “Trabalhadores, Trabalhadoras! Terra Livre, Água de Todos e Povo Soberano!”, a Romaria saiu da Região da Brasilândia com destino à Comuna Irmã Alberta, no quilômetro 25,5 da rodovia Anhangüera. Foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra, com o apoio de entidades sociais. Para Dom José Maria Libório Camino Saracho, bispo de Presidente Prudente (SP) e responsável pela CPT no Estado de São Paulo, as romarias têm grande significado para a questão da terra, pois elas mantêm o espírito de luta em favor dos que lutam pela terra. Além disso, segundo ele, as romarias se tornam um dos momentos de apoio e de ânimo, em que a Igreja participa e aproveita para cumprir a sua missão.

12ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

Já no dia 17 de agosto, foi realizada em Coronel Fabriciano (MG), a

12ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. “Terra e água, clamor de vida” foi o tema dessa Romaria, organizada pela CPT Minas Gerais e a Diocese de Coronel Fabriciano em Cachoeira Escura, Distrito de Belo Oriente. Sob o lema “Lutar pela terra e pela água é preservar a vida”, os participantes da Romaria contribuíram para manter acesa a chama da opção preferencial pelos pobres e excluídos da sociedade.

23ª Romaria da Terra do Paraná

Também no dia 17 de agosto, foi realizada em Querência do Norte (PR) a 23ª Romaria da Terra do Paraná. Com o tema “Rompendo as cercas da opressão, por justiça, terra e pão!”, a Romaria desse ano lembrou a dor das famílias vítimas da violência no campo no Estado, e convocou toda a sociedade a exigir que a justiça seja feita e que os mandantes e executores desses crimes sejam julgados e punidos. A Romaria lembrou, ainda, o caso Teixeira. O líder sem terra Diniz Bento da Silva, o Teixeira, foi assassinado em março de 1993, em Campo Bonito (PR) e, após 15 anos do assassinato, nenhum mandante ou executor foi punido. Os participantes cobraram um limite para a propriedade da terra e medidas concretas para que se efetive uma ampla e integral reforma agrária.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: CPT Bahia



Romeiros em Bom Jesus da Lapa (BA)

ARTIGO

“Terra Preta”

Fórum sobre a Crise Alimentar, Mudança Climática e Soberania
Alimentar - Roma, 1º a 5 de junho 2008

TIAGO THORLBY*

As vezes a gente acerta mesmo sem querer. Às vezes a gente acerta, mesmo errando! A sigla “FAO” é um exemplo. Antigamente, pensava que as letras significavam algo como Fome – Ajuda – Organização... como Organização de Ajuda aos Famintos. Ledo engano da minha parte! Engano que me levou a acertar em cheio! FAO é uma entidade de primeira linha da ONU e se reuniu nos primeiros dias de junho em sua sede, em Roma, para debater a crise de alimentos, a crise energética e a de mudanças climáticas. Durante uma semana, delegações de representantes de governos eleitos democraticamente pelo povo no tal

“estado de direito” se reuniram. Reuniram-se, bem protegidos pelas forças de segurança do povo, protegidos do próprio povo! Até fecharam o metrô para garantir-lhes a segurança, e o povo tentando se locomover debaixo da terra no metrô. E os representantes: se deslocando pela cidade com facilidade, acompanhados por baterias de seguranças motorizados (Ai! Quanto CO2 para agravar a crise do clima!), comendo do bom e do melhor (Ai! A crise dos alimentos!), hospedados em hotéis 5 estrelas (Ai! A crise de energia!). Crise? Que crise?!

“Crise”: eu gosto da palavra. Crise = krisis = julgamento... Julgamento sobre alimentos, julgamento sobre energia, julgamento sobre a mudan-

ça climática. Quem esperava da FAO uma sentença condenando a causa das crises esperaria até o inferno congelar. A conclusão dos governos que representam o povo para enfrentar as crises: mais monocultivo, mais agroquímicos, mais concentração de terra (de poder, de riqueza, de segurança... enfim, mais colonialismo para o mundo injustiçado que o “primeiro” chama cosmeticamente de “terceiro”... “terceiro”: quem foi o “terceiro” na última Copa do Mundo?). Em tempo: a Conferência da FAO estava localizada ao lado do antigo “Circo Máximo”, local onde outro império massacrava e martirizava os cristãos.

Nos mesmos dias, no “ex-mattatoio” – onde funcionava o matadouro

ro romano antigamente – uns 150 participantes da Conferência “Terra Preta” se reuniram para debater as mesmas crises já citadas anteriormente. Pois é, uma conferência paralela à da FAO – com direito a ser detido ao tentar apresentar uma colaboração à conferência convocada pela ONU. (Com certeza, não haveria nenhuma possibilidade destas “paralelas” se encontrarem, pelo menos neste lado da eternidade, como tanto desejava Dom Helder Câmara).

Os participantes da “Terra Preta” vieram dos quatro cantos do mundo camponês. Não vieram para concorrer com a luz, o luxo e o brilho do evento do Circo Máximo. Vieram para fazer a diferença porque “nós somos a diferença”. Vieram na certeza de que “nós somos o povo por quem esperávamos”. Em “ex-mattatoio”, os participantes apresentaram pistas de ação (e não uma “declaração final”) ao terminar a conferência. São pistas baseadas nos três grupos que surgiram para tratar das “crises”: alimentos, energia e o modelo de produção; mudanças de climas e soberania alimentar. Três crises interligadas e que exigem – por mais dolorido que seja – um sério questionamento do modelo de consumo do tal “primeiro” mundo. A declaração de pistas de ação está disponível nos endereços: <http://www.foodsovereignty.org> ou <http://www.viacampesina.org>.

Os movimentos sociais do campo precisam manter atenção constante sobre os debates que se realizam em nível nacional e internacional sobre os temas da energia, da fome e outros para se aprofundarem no conhecimento dos mesmos e assim poderem denunciar soluções que só servem para agravar a situação e apresentar alternativas que atendam o interesse do conjunto da população.

Foto: João Zinclar



* Agente da CPT Nordeste II

EXPERIÊNCIAS

Projeto Terra Sem Males

Produzindo alimentos e preservando a natureza!

RAFAEL AMARAL*

A Comissão Pastoral da Terra de Rondônia tem sido presença marcante na vida dos agricultores e agricultoras desde 1979, período da grande migração do povo de várias regiões do Brasil para Rondônia. Neste tempo a CPT/RO contribuiu muito na formação de organizações de trabalhadores rurais. Desde então atua em prol dos trabalhadores rurais e do meio ambiente amazônico. No sentido de fortalecer a permanência destes agricultores no campo e combater o sistema fundiário vigente, no ano de 2003 a CPT criou o Projeto Terra Sem Males, um conjunto de iniciativas direcionadas a fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica no estado de Rondônia.

O Projeto procura conscientizar os agricultores de que é possível produzir sem derrubar a floresta e sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. A partir da agroecologia, os trabalhadores rurais da região estão aprendendo que é possível produzir cereais de boa qualidade em terras já desgastadas e consideradas impróprias para a agricultura. A agroecologia torna viável o trabalho no campo sem que seja necessária a destruição da natureza, preservando não somente as matas e o solo, mas também a vida humana. Uma das estratégias utilizadas é a técnica da adubação verde, que consiste na utilização de plantas da família das leguminosas, como a mucuna preta, o feijão de porco e guandu, para ajudar na reabilitação dos solos. Ela favorece o desenvolvimento da micro-fauna e flora, a ciclagem de nutrientes, o equilíbrio da temperatura e a descompactação do solo.

As famílias envolvidas no Projeto Terra Sem Males são incentivadas a buscar sempre novas formas de cul-

tivar suas plantações, adaptando-as à sua realidade. Os chamados “agricultores-experimentadores” constantemente buscam formas alternativas de solucionar dificuldades que antigamente seriam resolvidas com o uso de agrotóxicos, um meio de resolver problemas comuns, mas que causam prejuízos ao agricultor. Um exemplo: entre os meses de fevereiro e março, as lavouras de feijão são tomadas pela “mela” (*Thanetophorus cucumeris*), um fungo que provoca uma considerável redução na colheita. Os agricultores encontraram a solução para este problema na rotação de culturas, que consiste em alternar as plantações e, deste modo, não enfraquecer a terra, e na adubação verde que evita o acúmulo de água superficial e também a proliferação excessiva da “mela”.

Homeopatia

As famílias ligadas ao Projeto têm como hábito utilizar a homeopatia em suas atividades agrícolas, tanto para o tratamento de animais quanto de plantas. Essas soluções homeopáticas, como o Bórax e o Sulfur, também auxiliam na recuperação dos solos e atuam no equilíbrio de energia entre solo e planta.

Atualmente o Projeto Terra Sem Males atua junto a grupos de famílias de nove municípios de Rondônia, que desenvolvem os conceitos da agroecologia. Assim, ele incentiva também a participação de mulheres e jovens na condução da propriedade, a preservação das sementes básicas da alimentação

da população, a diversificação da produção e, sobretudo, a produção de alimentos saudáveis isentos de agrotóxicos. Esta ação da CPT/RO trabalha em parceria com o Projeto Padre Ezequiel Ramim, que é vinculado à Diocese de Ji-Paraná, e tem o apoio da Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), sediada em Londres, Inglaterra. Entretanto nossa caminhada não terminou, continuamos trabalhando para que esta idéia siga adiante, transformando, para melhor, a realidade de outros agricultores e da Amazônia. Avante agroecologia! Produzir sem matar, para comer sem morrer!

* Projeto Terra Sem Males, CPT Rondônia

Foto: Arquivo CPT Nacional



Sementes de Mucuna, utilizada na adubação verde

JORNADA DE LUTAS

Jornada de Lutas da Via Campesina movimenta o país

MARÍLIA ALMEIDA*

No último mês de junho, as mais diferentes localidades do país foram palco para mais um momento de luta das entidades ligadas à Via Campesina e de outros atores sociais. Com o objetivo de denunciar a atuação de transnacionais no Brasil, as reais consequências da transposição do rio São Francisco e o alto preço da energia elétrica paga pelos brasileiros, milhares de camponeses e camponesas realizaram ações de Norte ao Sul do país na Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina. Sob o lema “Queremos produzir alimentos: contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa”, trabalhadores do campo ligados aos movimentos que compõem a Via, participaram de marchas e ocupações em mais de 15 estados, do dia 10 a 13 de junho. Rodovias federais foram bloqueadas nos estados de Pernambuco e Goiás e manifestantes ocuparam a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, também em Pernambuco; a Companhia Energética de Goiás; a Usina Hidrelétrica de Soledade, na Bahia; e a de Xingó, em Alagoas. No Ceará, o porto de Pecém teve suas áreas de carga e descarga fechadas em protesto contra a instalação de cinco usinas termoeletricas, uma refinaria e uma siderúrgica na região.

A Vale, mineradora responsável por crimes ecológicos e sociais, foi alvo de manifestações em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins. No município mineiro de Governador Valadares e em Darcinópolis (TO), camponeses ocuparam a ferrovia da empresa, e no Rio de Janeiro, trabalhadores do campo fizeram um ato em frente à sua sede nacional. Um protesto também foi realizado em frente à Ultrafertil/Fosfertil, na região metropolitana de Curitiba (PR), reivindicando a reestatização da empresa, privatizada há 15 anos, e que atualmente pertence à transnacional Bunge. Outra empresa estrangeira, a

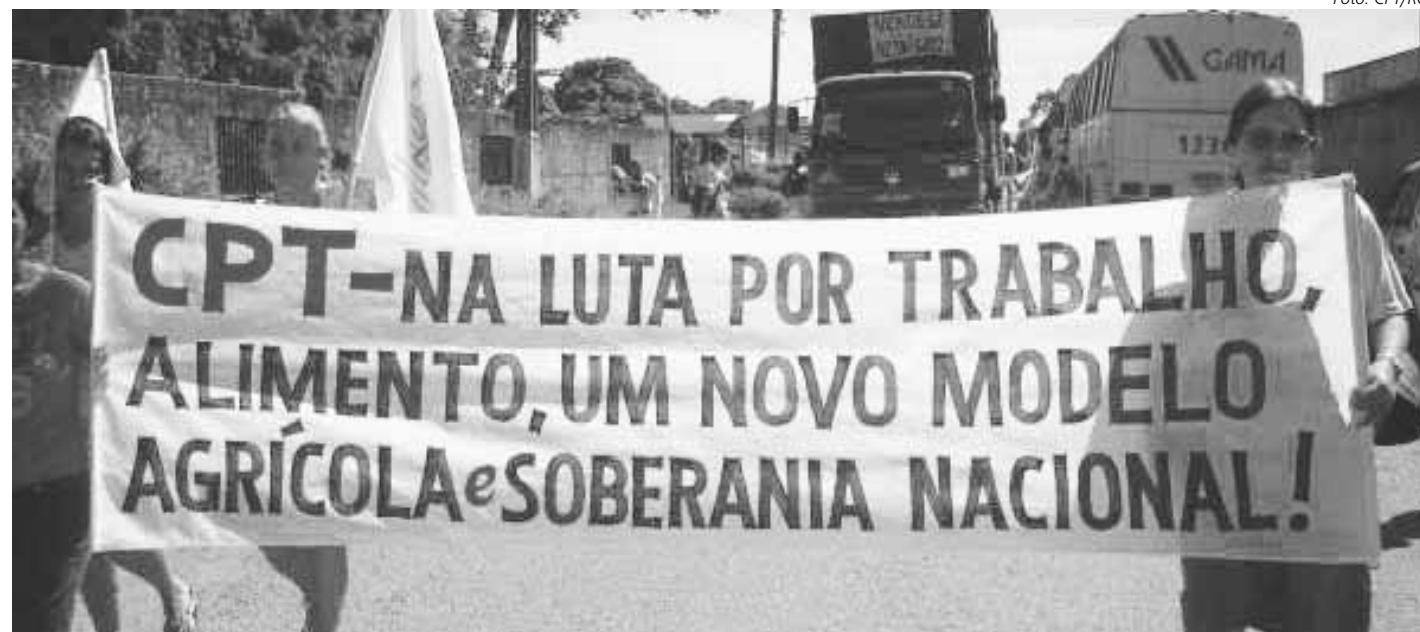


Foto: CPT/RO

Stora Enso, serviu de local para protestos no município de Rosário do Sul (RS). Manifestantes participaram de uma marcha em direção à fazenda Tarumã, propriedade da empresa, para denunciar as ações ilegais praticadas por ela na região.

Já em Santa Catarina, cerca de 700 camponeses ocuparam a frente da empresa Klabin, de papel e celulose. Os manifestantes distribuíram 500 mudas de árvores nativas e 15 toneladas em cestas de alimentos para a população do município de Otacílio Costa. O prédio do grupo Votorantin, em São Paulo, também foi ocupado por trabalhadores ligados à Via Campesina e à Assembleia Popular. O objetivo da ação era denunciar os impactos ambientais causados pela barragem de Tijucu Alto, no rio Ribeira de Iguapé, que corta os estados de São Paulo e Paraná. Na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trabalhadores rurais ocuparam as instalações da Usina Hidrelétrica de Itá. Ela pertence à transnacional franco-belga Suez-Tractebel, maior empresa estrangeira de geração de energia no Brasil. No Paraná, manifestantes ocuparam a hidrelétrica de Salto do Santiago, também pertencente a Suez-Tractebel.

Diversificação da agricultura

O incentivo do governo à produção de agrocombustíveis tem levado à expansão desenfreada da monocultura da cana-de-açúcar e à diminuição de plantações voltadas para a produção de alimentos. Esse foi o motivo do protesto de cerca de 500 trabalhadores no município de Montanha, no Espírito Santo. Na Bahia, famílias ocuparam a área de desenvolvimento do projeto de irrigação Ponto Novo, na cidade de Senhor do Bonfim. Grande parte da área de mais de 2.500 hectares seria destinada a pequenos e médios agricultores, mas empresários estariam tomando as terras para expandir a monocultura da banana na região. Em Pernambuco, trabalhadores ocuparam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), na Zona da Mata Norte do Estado. Na Paraíba, o latifúndio Nossa Senhora de Lourdes, que possui 1.100 hectares voltados para a monocultura da cana, foi ocupado. Trabalhadores também protestaram contra a Odebrecht, que utiliza terras públicas de forma ilegal para o plantio da cana-de-açúcar e a instalação de usinas.

Polícia tenta calar manifestantes

A tentativa de criminalizar e reprimir manifestações populares se fez evidente nas ações da Jornada. No Rio Grande do Sul, manifestantes que se reuniam em frente ao Supermercado Nacional, pertencente ao grupo norte-americano Wal-Mart, foram presos de forma violenta pela Brigada Militar gaúcha. Em Passo Fundo, ainda no Rio Grande do Sul, policiais feriram trabalhadores rurais que permaneciam acampados em frente a transnacional de alimentos Bunge. A Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina teve o objetivo de apresentar à sociedade um projeto que evidencie como a agricultura familiar pode contribuir de forma positiva para o país. Através da Jornada, homens e mulheres do campo mostram que não se cansam de lutar para que o desenvolvimento do nosso país seja responsável, transparente e acessível a todos os brasileiros.

* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

PESQUISA

Movimentos incomodam a Vale

ANTÔNIO CANUTO*

No dia 15 de junho, o jornal O Globo divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibope sobre os movimentos sociais. Esta pesquisa, encomendada pela VALE, teve por objetivo mapear a imagem que a população brasileira tem dos movimentos sociais de nível nacional, sobre os seus propósitos, interesses, formas de ação e consequências para o país.

A pesquisa foi realizada entre 26 de abril e 6 de maio. Foram ouvidas 2.100 pessoas, maiores de 16 anos: 1.204 em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Distrito Federal, Salvador e Fortaleza) e as demais em Vitória (ES), São Luís (MA), Imperatriz (MA), Belém (PA), Marabá (PA), interior de Minas Gerais, Vale do Ribeira (SP), Cariré (CE) e Dourados (MS).

A VALE e o Ibope selecionaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Quilombola e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a pesquisa. A escolha, parece claro, recaiu sobre quem de alguma forma mais incomoda a empresa: O MAB por sua luta contra as barragens (a VALE é uma das responsáveis pela construção da barragem de Estreito, na divisa do Tocantins e Maranhão); os quilombolas, sobretudo de Jambuaçu, no Pará, que conseguiram significativas vitórias pela sua resistência contra a prepotência da companhia; a CPT por apoiar as lutas destes grupos, mas também por ter encaminhado denúncias ao judiciário contra a ocupação indevida pela mineradora de áreas de assentamentos destinados à Reforma Agrária; e a Via Campesina pela postura adotada de enfrentamento do modelo de desenvolvimento. O foco principal da pesquisa, porém, é o MST, responsabilizado pelas ocupações das estradas de ferro da Vale. O MST é o único na lista das instituições, grupos e personalidades, sobre as quais o pesquisado deveria dizer se confia ou não. Fica em

antepenúltimo lugar na confiança dos brasileiros, mas na frente do Congresso Nacional e dos Partidos Políticos.

Movimentos e Criminalidade

No entanto, é na última parte da pesquisa, denominada de “teste de argumentos”, que se vê o real interesse da pesquisa. A primeira questão deste “teste” é se os movimentos ajudam ou atrapalham a economia do país; a segunda, se os movimentos ajudam a organização e a conscientização dos trabalhadores, ou se os manipulam, fazendo como que uma “lavagem cerebral” (sic); a terceira, se os movimentos são naturais ou plantados, com isto querendo saber se os movimentos surgem da necessidade dos trabalhadores ou se nascem de interesses de terceiros como partidos políticos, ONGs, igrejas, etc. O que mais chama a atenção é a última questão sobre a aproximação da criminalidade. A pergunta feita ao entrevistado era a seguinte: “Algumas pessoas dizem que esses Movimentos Agrários/Sociais estão adotando métodos de ação ilegais e, por isso, acabam se relacionando com o crime organizado e até o narcotráfico. Outras pessoas acreditam que esses Movimentos



Agrários/Sociais precisam ser radicais nas suas ações mas nunca vão querer nem permitir aproximação com a criminalidade. De qual destas duas posições você pessoalmente se aproxima mais? Em torno a 60% das opiniões são negativas para os movimentos. A relação com o crime organizado e o narcotráfico apareceria se não tivesse sido explicitada na pergunta?

Esse resultado é previsível quando se conhece a fonte de informação sobre os movimentos e suas ações. Para mais de 90%, a fonte é a televisão. Os jornais ficam com pouco mais de 30%, o Rádio com 24% e a Internet com 18%. Isto revela como é feita a cobertura pela imprensa das ações dos movimentos, mesmo que quase metade dos entrevistados acredite que é neutra.

Para o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, em texto inédito,

Foto: Brasil de Fato



MST ocupa trilhos da VALE em Minas Gerais, em junho deste ano.

a pesquisa “deve ser entendida no contexto político em que foi feita ... faz parte das lutas sociais em que está inserida e tem o objetivo de fornecer informações para que o setor empresarial, no caso representado pela Vale, estabeleça estratégias políticas em face do crescimento dos movimentos sociais no país”. Um dos itens mostra que a opinião de 81% é de que os movimentos sociais estão se espalhando no país, e ganham força, 69%.

MST uma das “instituições” nacionais

Apesar disso, a pesquisa traz algumas informações preciosas. Em torno a 97% da população brasileira conhece o MST. Este dado levou o Ibope a reconhecer em suas considerações finais que “o MST é um movimento já incorporado pela sociedade como uma das “instituições” brasileiras.” Já o MAB, a CPT e os quilombolas são conhecidos por praticamente um terço da população. Ainda segundo a pesquisa, 46% dos entrevistados se mostram favoráveis ao MST. Para o MAB, a CPT e os quilombolas o percentual ultrapassa os 50% entre os que os conhecem. Já o índice de afinidade – concordância com o objetivo dos movimentos, apesar de muitos acreditarem que eles estão se desviando dos mesmos – chega praticamente a dois terços da população. Isto mostra um nível elevado de aceitação, sobretudo se forem levadas em consideração as dificuldades enfrentadas pelos movimentos para serem realmente conhecidos.

Estas são só algumas anotações iniciais. O conjunto da pesquisa mereceria um estudo mais aprofundado, sobretudo, ao se ver que na percepção de 54% dos entrevistados os pobres são os mais prejudicados pela ação dos movimentos.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ARTIGO

O MST e a colheita do trigo em dia de sábado

JACQUES TÁVORA ALFONSIN*

Dois promotores de justiça do Rio Grande do Sul, que participaram de um inquérito secreto (!), iniciado em meados de 2007, visando apurar crimes que teriam sido praticados por integrantes do MST, apresentaram relatório ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado, em dezembro do mesmo ano, sugerindo a tomada de providências legais para reconhecer-se a ilegalidade daquele Movimento. Objetivava sua “dissolução” por, entre outras coisas, reunir um grupo de pessoas “esquerdista e anti-capitalista”, ameaçar a segurança nacional por manter ligações com as Farcs, desequilibrar as eleições dos municípios onde acampa, para lá transferindo os títulos eleitorais dos seus integrantes, doutrinar ideologicamente as crianças que freqüentam suas escolas no sentido de deseducá-las.

Aprovado o tal relatório pelo Conselho Superior do MP, alguém desconfiou de que o absurdo estava indo longe demais. Aí, nova reunião do tal Conselho. Esse decide apoiar toda a iniciativa contrária ao Movimento, com exceção daquela de “dissolvê-lo”, em abril passado. Quatro ações civis públicas foram propostas, então, contra o MST, baseadas no tal relatório, em Canoas, Carazinho, São Gabriel e Pedro Osório, no Rio Grande do Sul. Todas obtiveram imediata acolhida dos juízes locais que determinaram em despachos liminares, entre outras coisas, proibição de ingresso das lideranças do Movimento em acampamentos, violenta reintegração de posse em um dos imóveis cedidos para os sem-terra acamparem, proibição de marchas e deslocamentos dos acampados.

Do Brasil e do mundo, a cúpula do MP gaúcho já recebeu mais de novecentos e-mails das mais variadas organizações de povo, protestando contra essa arbitrariedade e o repetido abuso de



Foto: João Ripper

“Todo esse povo é prejudicado como criminoso, pelo fato de sua pobreza, dignidade e cidadania estarem confinados em acampamentos organizados pelo MST.”

autoridade praticado pela polícia militar na execução das ordens judiciais expedidas contra as famílias acampadas. Uma Comissão de senadores esteve no Estado, participou de Audiência Pública na Assembléia Legislativa, ouviu as chefias tanto da polícia militar quanto do Ministério Público. A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo ofereceu representação contrária às tais ações junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana questionando veementemente a conduta daquelas autoridades rio-grandenses.

Constrangida por essa pressão popular, o Procurador Geral do Ministério Público gaúcho, em visita a um dos acampamentos, confessa aos acampados, que as ações propostas tinham fundamento “equivocado”, mas que, por respeito à autonomia funcional de cada um, o máximo que podia fazer era “manter um canal aberto de negociação”. A gravidade das violações

de direito contidas nessas ações judiciais e em suas truculentas execuções, reside no fato de que elas estendem a abrangência dos seus efeitos a todo um grupo de pessoas, integrado por todo o tipo de gente, incluindo crianças, jovens, idosos/os, doentes, desempregados/os. Todo esse povo é prejudicado como criminoso, pelo fato de sua pobreza, dignidade e cidadania estarem confinados em acampamentos organizados pelo MST.

Toda a raiva que as ações revelam contra o MST, é baseada predominantemente em opiniões de pessoas críticas do movimento, com livre trânsito na mídia gaúcha e brasileira, especialmente aquela mais subserviente aos latifundiários. Estas ações desrespeitam a liberdade de locomoção e reunião, garantida pela Constituição Federal. Ainda são desrespeitados o art. 109, Inciso I, que reserva competência à Justiça Federal e não à Estadual, para o julgamento das causas em que a União, suas autarquias ou empresas públicas

estejam interessadas; o art. 5º, inciso LIV que não admite ser alguém privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; o inciso LV que garante o direito a ampla defesa, e o inciso XLVI, que trata de individualização das penas a serem aplicadas. O que as ações propõem é um contra-senso, pois abriria possibilidade para uma pena “grupal” sem discriminação de culpados e inocentes, pessoas capazes e incapazes, inclusive crianças.

Mesmo aceitando que as ações dos sem terra tivessem sido ilegais, elas ganham legalidade no artigo 188 do Código Civil que, embora sob restrições, atesta não constituírem atos ilícitos aqueles que destroem, deterioram coisa alheia, ou até lesionam pessoas “a fim de remover perigo iminente”. Não há como desconsiderar a fome e a imposição do silêncio como perigos iminentes. No próprio Evangelho diante das críticas dos fariseus aos apóstolos por terem colhido e comido trigo no dia de sábado, o que era proibido pela lei, Jesus recordou que Davi, com seus homens, coagidos pela fome, comeram pães que a lei reservava somente aos sacerdotes (Mt. 12, 1-6).

“Se os sem-terra tivessem acreditado na “morte da história”, da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado na despolitização, embutida nos discursos que falam de que o que vale hoje é “pouca conversa, menos política e só resultados”, e se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para as suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada. A eles e elas, sem-terra, e seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar.” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo, Unesp, p. 60/61.)

* Advogado do MST, procurador aposentado do Estado Do Rio Grande do Sul, Coordenador da ONG Acesso Cidadania e Direitos Humanos

DENÚNCIA

Judiciário a serviço do poder econômico

CRISTIANE PASSOS E ANTÔNIO CANUTO*

Não é de hoje que organismos políticos, empresários, ruralistas e a mídia nacional tentam, de todas as formas, criminalizar as ações de movimentos e entidades sociais no Brasil e suas bandeiras de luta. Nos últimos meses, essa prática tem adquirido dimensões preocupantes. É cada vez mais freqüente, violenta e opressiva. Além da tentativa de dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (veja texto do jurista Jacques Alfonsin na página anterior), dezenas de trabalhadores e trabalhadoras do campo, suas lideranças e defensores dos direitos humanos estão submetidos a processos judiciais.

Neste contexto de tentativa de frear os movimentos sociais, criminalizando-os, é que o juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad, no dia 12 de junho de 2008, condenou a dois anos e cinco meses de prisão José Batista Gonçalves Afonso, advogado e membro da coordenação nacional da CPT, e Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetragri. Esta decisão é política. Incrimina as lideranças dos movimentos sociais da região, que há décadas vêm enfrentado a violência de latifundiários e madeireiros locais.

O processo no qual os dois foram condenados é relativo à ocupação da Superintendência do Incra em Marabá, em abril de 1999, por mais de 10 mil trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri e do MST. Quando, 20 dias depois de iniciado o acampamento, o governo decidiu negociar com os trabalhadores, estes, cansados de esperar por alguma resposta, à noite, entraram nas dependências do Incra, impedindo a saída da equipe oficial de negociação do prédio durante o resto da noite e início da manhã do dia seguinte. José Batista, que cumpria apenas o papel de assessor do MST e da Fetagri e

tentava intermediar as negociações, e Raimundo Nonato foram responsabilizados por este ato. Em 2002, o Ministério Público Federal (MPF) havia proposto a suspensão do processo mediante pagamento de cestas básicas e do comparecimento mensal diante da Justiça. A proposta foi aceita. Quando as condições impostas já estavam cumpridas e o MPF ia requerer a extinção do processo, outro juiz assumiu a vara federal de Marabá e, sem nenhum fato novo, sem ouvir o MPF, anulou as decisões do seu antecessor e determinou o seguimento do processo. A parcialidade do juiz ficou evidente não só no fato da condenação, mas também na definição da pena, pois negou aos condenados o direito a pena alternativa, prevista no Código Penal para penas até quatro anos.

**Nada pode parar a VALE,
ninguém pode contrariar
seus interesses!**

O mesmo juiz, em decisão publicada em 21 de julho de 2008, condenou três lideranças do MST e do Movimento dos Trabalhadores em Mineradoras, Eurival Martins Carvalho, Raimundo Benigno e Luiz Salomé, ao pagamento de uma multa de R\$ 5.200.000 (cinco milhões e duzentos mil reais), pela ocupação da Estrada de Ferro Carajás nos meses de abril e maio. A intenção foi a de condenar os trabalhadores justamente por serem lideranças. A multa deveria ser imposta a cada um dos trabalhadores participantes da ação. O juiz, porém, diz: “os réus lideraram diversas pessoas na invasão da estrada de ferro e, por esta razão, devem responder pela totalidade dos danos causados, como também arcar com a multa imposta caso a turbacção ocorresse”. Nem os advogados da VALE ousaram fazer esse pedido! “Além de contrariar o bom senso,



José Batista ouve trabalhador rural preso na Fazenda Bandeirantes, em Marabá (PA), em 2005

a decisão é flagrantemente ilegal e imoral. Atribuir crime a pessoas em razão de elas serem lideranças é um absurdo jurídico e fere de morte a democracia”, diz uma nota assinada por diversas entidades da região de Marabá.

Dias depois, em 24 de julho de 2008, o mesmo juiz, Carlos Henrique Haddad, não acatou a denúncia da Procuradoria Nacional do Incra contra a VALE, pelos abusos cometidos contra as famílias assentadas em Projetos de Assentamentos para a instalação do projeto de Mineração Onça Puma (veja matéria na edição anterior do Pastoral). O juiz determinou o seguimento do processo, excluindo a VALE, mesmo sabendo que a Mineração Onça Puma lhe pertence, e que ela administra o projeto. Argumentações usadas pelo juiz: há grande desarticulação dos projetos de assentamento implantados; os investimentos já feitos pela Mineração Onça Puma superam 1 bilhão de dólares.

A decisão reconhece que a mineradora agiu de forma irregular, mas não acatou nenhum dos pedidos feitos pela Procuradoria do INCRA para reparação imediata dos danos causados ao patrimônio público e à vida dos assentados. Fica claro pela decisão judicial que o que determina a legalidade ou a ilegalidade do empreendimento é o valor investido.

A Coordenação Nacional da CPT, na nota que divulgou após a condenação de José Batista diz: “Tudo o que cheire a oposição ao ‘progresso e desenvolvimento’ que as atividades ligadas ao agronegócio e à mineração dizem trazer, tem que ser rechaçado com veemência, pois a economia é mais valorizada do que os direitos humanos e a defesa do meio ambiente.” O poder econômico é que determina os rumos do país. O poder político, o judiciário lhes são subalternos e servidores.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

CULTURA

VII Festa da Cultura Popular Camponesa

ANA MIRANDA COSTA*

No dia 28 de junho aconteceu no Assentamento Treze de Maio, no município de Nova Venécia, Espírito Santo, a VII Festa da Cultura Popular Camponesa. O evento teve a participação de cerca de 500 pessoas vindas de vários Assentamentos e Comunidades vizinhas. A Festa da Cultura Popular Camponesa foi realizada pela primeira vez em 2002, quando contou com a participação de cerca de 800 pessoas, 42 variedades de comidas da roça e 17 apresentações culturais. A partir daí, esse trabalho se fortaleceu e a Festa virou tradição no Assentamento e na região, sendo um dos eventos mais esperados do ano. Uma festa sem fins lucrativos e de caráter sócio-cultural.

O Assentamento Treze de Maio é fruto de uma das inúmeras ações de luta pela posse da terra desenvolvida no estado do Espírito Santo. Uma bonita história que começou nos municípios do norte do Estado, fortaleceu-se em setembro de 1988, com 550 famílias na ocupação da área da Acesa Energética em Conceição da Barra e marcou mais uma conquista do MST em sua principiante



Foto: Gleison Nimer CPT Espírito Santo/ Rio de Janeiro

trajetória. Treze de Maio, o nome escolhido para este Assentamento, é a data em que as 45 famílias que aqui estão, chegaram para se instalar, conviver, trabalhar a terra e seguir a trilha da construção de sua própria história. O tempo, a realidade, trouxe à tona as saudades de uma época em que se cantava a vida, se cantava a terra, a água, o amor e a beleza, que foram aneste-siadas pelo calejante processo de exclusão e modernização nada cultural.

Em 2000, a Comissão Pastoral da Terra aparece como parceira no estímulo e desenvolvimento da formação política, religiosa e cultural, partilhando das mesmas saudades e dos mesmos sonhos com este povo. Num encontro em comemoração ao São João, motivados pelas famílias, fomos desafiados a despertar histórias, valores e vivências que não podiam mais ficar na saudade e sim no presente estágio de vida de mulheres,

homens, crianças e jovens que não compram, mas fazem a sua cultura e consequentemente são feitos por ela. A partir das referências culturais importantes para as famílias - uma mistura de naturalidade mineira e capixaba - se confirmou a possibilidade de construir coletivamente espaços de resgate, apresentação, celebração e integração cultural. E dessa forma surgiu a Festa da Cultura Popular Camponesa do Assentamento Treze de Maio.

Esta já é a 7ª edição dessa Festa e cada uma tem se tornado uma experiência única de vida, criatividade, de emoção, lazer, partilha e orgulho de culturalmente ser desse povo. Aqui, os saberes e sabores se completam, nas mais diferentes faixas etárias que partilham dessa grande roda cultural. As histórias e vivências se fortalecem como alternativas de resistência no campo. E é com esse espírito que reafirmamos:

**Um povo que sonha grande,
semeia a terra,
preserva seus valores,
defende seus princípios
e celebra sua cultura.**

* Coordenadora da CPT Espírito Santo / Rio de Janeiro

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R\$	10,00
☐	Para o exterior	US\$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA